

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.559.111 - RJ (2019/0229219-0)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE : LANCHONETE FERREIRINHA DO MACHADO LTDA**  
**ADVOGADO : ALEXANDRE MORAES E SOUZA - RJ069009**  
**AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - RJ136118**  
**RAFAEL SGANZERLA DURAND - RJ144852**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base neste(s) fundamento(s): ausência de violação/negativa de vigência/contrariedade (art. 489, § 1º, do CPC/15); Súmula 7/STJ (ofensa ao devido processo legal).

Entretanto, a parte agravante não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade do(s) seguinte(s) óbices: ausência de violação/negativa de vigência/contrariedade (art. 489, § 1º, do CPC/15); Súmula 7/STJ (ofensa ao devido processo legal) à hipótese concreta dos autos.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, §11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 12% sobre o valor da causa (e-STJ fl. 666) para 14%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão,

# *Superior Tribunal de Justiça*

se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora